

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSOS SUPERIORES DE ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL: Objetivos, Diretrizes e Limitações

José Carlos Barbieri
FGV/EAESP-POI e CEAMA
FECAP/Programa de Mestrado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

- A Política Nacional de Educação Ambiental

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar conceitos, instrumentos e propostas sobre educação ambiental (EA) em cursos de Administração. Todas as empresas produzem impactos ambientais adversos em maior ou menor grau. A solução dos problemas associados às atividades empresariais, ou sua minimização, exige uma nova atitude dos empresários e administradores de modo que eles passem a considerar o meio ambiente em todas as suas decisões e adotem concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do Planeta. Daí a importância da EA nos cursos de Administração. Inicialmente serão apresentadas as principais questões relativas à EA, tendo como ponto de partida os conceitos, objetivos e diretrizes desenvolvidas em diversas conferências e reuniões no âmbito da ONU e que passaram a ser as referências básicas sobre este tema. Depois, será feita uma apreciação da situação da EA no Brasil, analisando seus aspectos institucionais e legais, ressaltando a Lei 9.795 de 1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental. Como se verá, essa Lei acolheu a idéia de uma EA de caráter sócio-ambiental baseada numa visão holística do meio ambiente e da sociedade. Por último, serão apresentadas algumas das principais questões polêmicas relacionadas com a adoção da EA segundo os conceitos, diretrizes e objetivos apresentados, dentre eles, a necessidade de se afastar do antropocentrismo extremado que caracteriza as áreas administrativas e as questões relacionadas com a necessidade de implementá-la mediante uma abordagem transversal.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende discutir algumas questões pertinentes à implementação da Educação Ambiental (EA) em cursos de Administração de Empresas. Primeiro, serão apresentadas as principais questões relativas à EA que foram sendo desenvolvidas por iniciativa da UNESCO ainda nos anos 1.960 e que passaram a formar a base conceitual de muitos programas adotados em diversos locais no mundo todo, inclusive no Brasil. Como se verá, a evolução do pensamento sobre EA associado aos conceitos de desenvolvimento sustentável gerou uma EA de caráter sócio-ambiental baseada numa visão holística do meio ambiente e da sociedade. A seguir, serão apresentados os principais aspectos da Política Nacional de Educação Ambiental instituída pela Lei 9.795 de 1.999, que estabeleceu a obrigatoriedade de incluí-la em todos os níveis de ensino. As dificuldades para implantar a EA e algumas propostas serão apresentadas ao final. Uma questão relativa à EA muito difícil de ser equacionada refere-se ao antropocentrismo que é característico pensamento administrativo de um modo geral e, em especial, da administração empresarial. Por isso, antes de iniciar a parte propositiva, serão feitas algumas considerações sobre os diferentes entendimentos concernentes à relação entre os humanos e o meio ambiente. Outro problema, caso este seja superado ou minimizado, decorre da necessidade de implementar a EA de modo transversal, o que implica distanciar-se das abordagens baseadas no primado das disciplinas, para incluir a multi, a inter e a transdisciplinaridade.

A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As origens da EA, como qualquer assunto, podem suscitar diferentes opiniões e, portanto, diferentes periodizações. Um marco inicial poderia ser a publicação do livro *Generelle Morphologie der Organismen* por Ernest Haeckel em 1866, onde aparece pela primeira vez a palavra ecologia entendida como *a totalidade da ciência das relações do organismo com o meio ambiente*, conforme mostra Acot (1.990; pg. 27). Essa data se justificaria pela importância da ecologia enquanto ciência que estuda a relação dos seres vivos entre si e com os componentes abióticos do meio ambiente, tais como relevo, precipitações, temperatura etc. Essa data faria justiça aos naturalistas (a palavra cientista ainda não era usada) que contribuíram para colocar o ser humano no reino da natureza, contrariando a visão marcada pela cosmogonia cristã que o colocara no reino de Deus. Outros momentos importantes para marcar o nascimento da EA relacionam-se com o surgimento de uma nova sensibilidade para com os animais e plantas na Europa, entre 1.500 a 1.800, promovendo fissuras no antropocentrismo dominante no início da era moderna, conforme mostra Thomas (1.983). Poderia ser também o ano de 1872 que marca a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América do Norte, considerado o primeiro do mundo de acordo com uma concepção que chega até os nossos dias. Esse parque e essa data representam o início de um movimento global para a criação de áreas protegidas, que se tornariam locais privilegiados para a contemplação da natureza biológica e física e, portanto, para o reencontro dos humanos com a natureza preservada das suas próprias ações degradadoras. Muitas atividades de EA se dão em áreas protegidas das mais variadas categorias de manejo, das quais os parques são apenas uma delas. Não só isso, as lutas para criar tais áreas e mantê-las frente às constantes e diversificadas ameaças que pesam sobre elas (invasões, visitas desordenadas, degradação no seu entorno etc)

têm propiciado importantes oportunidades para ampliar a consciência ambiental de amplos segmentos da sociedade em praticamente todos os países e regiões, particularmente para as populações que vivem em seu entorno ou desfrutam das amenidades ambientais que elas proporcionam.

Datas e eventos não faltam para assinalar o nascimento da EA. No entanto, aqui neste trabalho a EA será considerada a partir do pós-guerra, cuja evolução será marcada inicialmente pelos trabalhos da UNESCO, órgão da ONU que deu início ao debate em torno de uma EA de caráter sócio-ambiental baseada numa visão holística do meio ambiente e da sociedade. Mas como diz Palmer (1.998), embora as palavras *educação* e *meio ambiente* parecem que não haviam sido usadas em conjunto antes de meados da década de 1.960, a evolução da EA incorporou influências significativas de alguns grandes pensadores, escritores e educadores dos séculos XVII e XIX, notadamente Goethe, Rousseau, Humboldt, Haeckel, Froebel, Dewey, Montessori, Geddes e outros (pg. 4). A lista de nomes é na verdade infundável e em praticamente todas as épocas houve quem desse alguma contribuição para o que hoje se conhece e pratica em termos de EA.

Há dúvidas quanto a primeira vez que a *expressão educação ambiental* foi usada. Para Wheller (1.987), citado pro Palmer (1.998) essa expressão aparece pela primeira vez na obra de Paul e Percival Goodman de 1.947 denominada *Communitas*. Outro autor citado por Palmer, Disinger (1.983) sugere que a primeira vez se deu numa Conferência da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) em 1.948 (pg. 5), ano da criação dessa organização formada por profissionais, cientistas e organizações governamentais e não-governamentais preocupados com a conservação da natureza. Vale mencionar que a IUCN, cujo nome atual é Fundação Mundial para a Conservação, embora utilize a mesma sigla desde a sua origem, foi criada sob os auspícios da UNESCO que fora criada alguns anos antes logo no início do pós-guerra. A EA tem nessas duas organizações uma grande fonte de fundamentação, de práticas e de divulgação e não é exagero considerá-las como as *madrinhas* dessa temática em nível internacional. Melhor dito, essa temática já nasce, ou renasce se forem considerados outros períodos conforme comentado acima, dentro de uma abordagem global, decorrente da percepção de que os problemas ambientais são problemas globais. Muito do que hoje se sabe e pratica em termos de EA, tais como conceitos, objetivos, diretrizes, metodologias e outras questões concernentes à EA, foram concebidas ou desenvolvidas em diversas conferências internacionais, regionais e nacionais sobre meio ambiente, muitas delas tendo a UNESCO como promotora ou apoiadora.

As primeiras iniciativas internacionais sobre questões ambientais globais datam do final do século XIX e início do século XX, mas eles pouco contribuíam para a EA. Segundo Acot (1.990), os problemas ambientais seriam apresentados pela primeira vez na sua forma moderna somente no final da década de 1960 na ONU. Por forma moderna esse autor entende-se um tratamento global e integrado e não fragmentado como ocorrera até então (pg. 162-4). É com o patrocínio da ONU que se prepara o terreno para o desenvolvimento de uma concepção de EA de caráter sócio-ambiental que viria a ser adotada por um número considerável de países, inclusive o Brasil. Um marco fundamental foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1.972, pois colocou em pauta a relação ente meio ambiente e os processos de desenvolvimento. Essa Conferência, incluindo as reuniões preparatórias que lhe antecederam, bem como as que lhe

deram continuidade, firmaram as bases para um novo entendimento a respeito das relações entre o ambiente e o desenvolvimento. Desde então, nos fóruns internacionais ligados à ONU as conferências sempre tratam simultaneamente de desenvolvimento e meio ambiente.

A Conferência de Estocolmo enfatizou a urgente necessidade de se criar novos instrumentos para tratar de problemas ambientais, dentre eles, a EA que passou a receber atenção especial em praticamente todos os fóruns relacionados com a temática do desenvolvimento e meio ambiente. Dela resultam a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que viria a dividir com a UNESCO as questões relativas à EA no âmbito da ONU. Foi estabelecido um plano de trabalho com 110 recomendações, sendo que a Resolução 96 é uma recomendação a respeito da necessidade de implementar a EA de caráter interdisciplinar com o objetivo de preparar o Ser Humano para viver em harmonia com o meio ambiente. Para implementar essa Resolução, a UNESCO e o PNUMA realizaram o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental em 1.975, no qual foi aprovada a Carta de Belgrado onde se encontram os elementos básicos para estruturar um programa de EA em diferentes níveis, nacional, regional ou local. Essa Carta estabelece que a meta básica da ação ambiental é melhorar todas as relações ecológicas, incluindo as relações do ser humano entre si e com os demais elementos da natureza, bem como desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados a ele com conhecimento, habilidade, motivação, atitude e compromisso para atuar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas. O público em geral é o principal alvo da EA, constituído das seguintes categorias básicas:

- (1) todo os integrantes da educação formal, alunos e professores, da pré- escola ao ensino superior e ao treinamento profissional e
- (2) os da educação não-formal, jovens e adultos, individualmente considerados ou em grupos, de todas os segmentos da sociedade, trabalhadores, administradores, profissionais liberais etc.

Os objetivos da EA presentes na Carta de Belgrado são os seguintes:

1. *conscientização*: contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados com ele;
2. *conhecimento*: propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades;
3. *atitudes*: propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais;
4. *habilidades*: proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa;
5. *capacidade de avaliação*: estimular a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental;
6. *participação*: contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência com respeito às questões ambientais.

Para atingir esses objetivos, a Carta de Belgrado recomenda que os programas de EA devem considerar as seguintes diretrizes:

1. considerar o meio ambiente na sua totalidade, isto é, o ambiente natural e o construído pelo ser humano, envolvendo questões políticas, culturais, econômicas, tecnológicas, estéticas etc;
2. considerar a EA como um processo contínuo, tanto dentro como fora da escola;
3. conter uma abordagem interdisciplinar;
4. enfatizar a participação ativa na prevenção e solução de problemas ambientais;
5. considerar as questões ambientais tanto do ponto de vista global como local;
6. considerar as questões atuais e as futuras;
7. analisar os processos de desenvolvimento e crescimento do ponto de vista ambiental; e
8. promover a cooperação em diferentes níveis, internacional, nacional, regional e local.

Posteriormente na Conferência Intergovernamental sobre EA realizada em Tbilisi, Geórgia, em 1.977, os objetivos e diretrizes acima citados foram ratificados e, com base neles, foram enunciados 41 recomendações. A EA deve dirigir-se a todos os grupos de idade e categorias profissionais: ao público em geral, não-especializado, composto por jovens e adultos cujos comportamentos cotidianos têm uma influência decisiva na preservação e melhoria do meio ambiente; aos técnicos e cientistas cujas pesquisas e práticas especializadas constituirão a base de conhecimentos sobre os quais deve sustentar-se uma educação, uma formação e uma gestão eficaz, relativa ao ambiente; aos grupos sociais específicos cujas atividades profissionais incidem sobre a qualidade desse meio. As recomendações N° 10 e N° 11 dessa Conferência foram feitas especialmente para esses últimos profissionais. A primeira recomenda que a formação de certos profissionais (economistas, administradores de empresas, arquitetos, planejadores, administradores florestais, engenheiros, técnicos etc) cujas atividades, apesar de não serem exercidas exclusivamente na esfera do planejamento e da administração ambiental, nem por isso deixam de repercutir de maneira importante, direta ou indiretamente, no meio ambiente, contemple um programa comum interdisciplinar de estudos ambientais vinculados tanto ao ambiente natural como ao urbano e que estejam relacionados com sua profissão. Além disso, deverá ser dada uma atenção especial à elaboração de metodologias e de mecanismos institucionais com esse objetivo.

A Recomendação N° 11 estabelece que para esses profissionais que exercem grande influência sobre o meio ambiente, a EA deverá pelo menos se basear em dois aspectos:

1. programas aprofundados de formação complementar e de formação prática ou de formação permanente que lhes permitam estabelecer relações mais adequadas sobre uma base interdisciplinar, cuja metodologia exigirá estudos mais aprofundados, assim como o estabelecimento de mecanismos institucionais adequados; e
2. programas pós-universitários destinados a um pessoal já especializado em algumas disciplinas. Considera-se como método de formação eficaz aquele que adota um enfoque pluridisciplinar, centralizado na solução dos problemas e no sistema de equipes multidisciplinares integradas; isso permitirá a formação de especialistas que, havendo adquirido uma formação interdisciplinar, acrescentarão às suas próprias capacidades a aptidão para atuar como membros de equipes multidisciplinares. Estes poderiam receber o nome de integradores, para distinguir-se dos generalistas e dos especialistas.

Dez anos depois de Tbilizi, as suas proposições foram referendadas na *Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental* realizada em Moscou, promovida pela UNESCO e PNUMA. Nessa Conferência se discutiu questões de natureza pedagógica com vistas a uma estratégia internacional para a década de 1.990, envolvendo questões como modelo de *curriculum*, capacitação de docentes e de alunos, acesso à informação, educação universitária e outras necessárias para integrar a EA ao sistema educacional dos países. Vinte anos depois da Conferência de Tbilizi, as suas recomendações foram ratificadas na *Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade*, realizada em Thessaloníki, Grécia. Para dar continuidade às disposições acordadas nessas conferências, foram realizadas diversas reuniões em nível regional e nacional procurando contextualizar a EA face aos seus problemas específicos. Na América Latina foram realizadas diversas conferências e reuniões técnicas em praticamente todas as capitais e grande cidades, contribuindo para conferir especificidade à EA nessa região. Por exemplo, num seminário realizado em Buenos Aires em 1.988 recomendou-se que a EA faça parte integrante da política ambiental e leve em conta o contexto de subdesenvolvimento da região latino-americana.

A EA está presente em praticamente todas as áreas programas da Agenda 21, um dos principais documentos aprovados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1.992. Mesmo assim, ela dedica o Capítulo 36 à promoção do ensino, da conscientização pública e do treinamento, cujos princípios básicos são as recomendações da Conferência de Tbilisi de 1.977. Este Capítulo trata de propostas gerais, enquanto que as propostas específicas relacionadas com as questões setoriais de que trata a Agenda 21 foram formuladas nos demais capítulos correspondentes. Uma das áreas programas do Capítulo 36 trata da reorientação do ensino para o desenvolvimento sustentável. Tanto no ensino formal, quanto no informal essa reorientação é indispensável para modificar a atitude das pessoas e para conferir consciência ambiental, ética, valores, técnicas e comportamentos em consonância com as exigências de um novo padrão de responsabilidade sócio-ambiental.

Em relação aos cursos de nível superior, a Agenda 21 recomenda que sejam oferecidos cursos de natureza interdisciplinar a todos os estudantes tratando das questões ambientais em seus diversos aspectos e relacionados com os processos de desenvolvimento. A promoção do treinamento é a terceira área programa dirigida para profissionais, no sentido de preencher lacunas nos seus conhecimentos e habilidades, ao mesmo tempo em que reforçam ou ampliam a sua conscientização em relação aos temas dos seus programas de aprendizado. O aumento da consciência pública, outra área programa, volta-se para sensibilizar os diferentes públicos quanto aos problemas e desafios do desenvolvimento sustentável, objetivando ampliar a participação e fomentar o senso de responsabilidade. A promoção do treinamento é uma área programa dirigida para profissionais, no sentido de preencher lacunas nos seus conhecimentos e habilidades, ao mesmo tempo em que reforçam ou ampliam a sua conscientização em relação aos temas dos seus programas de aprendizado. Recomenda-se, entre outras providências, que as associações profissionais revisem seus códigos de ética e conduta para incluir um compromisso mais forte com as dimensões ambientais e sociais do desenvolvimento. Os governos, a indústria, os sindicatos

e os consumidores devem promover o aprofundamento da compreensão da relação existente entre um meio ambiente saudável e práticas empresariais saudáveis.

Durante a realização Forum das ONGs em 1.992 no Rio de Janeiro foi elaborado o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, no qual a EA foi entendida como um processo de aprendizado permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida e que contribua para a formação de uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada. Esse Tratado é de adesão aberta a qualquer cidadão de qualquer lugar. Os princípios de EA, segundo esse Tratado, estão transcritos na íntegra no Quadro 1. Percebe-se nesse Tratado um aprofundamento da abordagem sócio-ambiental, por exemplo, a recomendação de que a EA deve ter como base o pensamento crítico e inovador de modo a promover a transformação e a construção da sociedade. E que ela não é neutra, mas ideológica e, portanto, um ato político.

Como os problemas sócio-ambientais apresentam uma dimensão planetária, a EA deve assentar-se numa nova ética universal. O Relatório Nossa Diversidade Criadora, elaborado pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento criada pela UNESCO em 1.991, sugere que essa ética deva ter como núcleo central as seguintes preocupações morais: direitos humanos, democracia, proteção das minorias, compromisso com a solução pacífica das controvérsias, equidade em cada geração e entre gerações e um compromisso com o pluralismo cultural (UNESCO/CMCD, 1.997). Todos os eventos aqui comentados criaram as bases conceituais da EA como instrumento para se alcançar um novo tipo de desenvolvimento que passou a ser denominado de desenvolvimento sustentável. Do exposto, pode-se verificar que a EA dispõe de um referencial conceitual tratado em termos internacionais e que deve ser internalizado nas práticas educacionais formais e não-formais de cada país, região ou localidade.

Quadro 1: Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

1. A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.
2. A EA deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A EA é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência locais e planetárias, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
4. A EA não é neutra, mas ideológica. É um ato político.
5. A EA deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
6. A EA deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas.
7. A EA deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem se abordados dessa maneira.
8. A EA deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
9. A EA deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover as diversidades culturais, linguísticas e ecológicas. Isto implica uma visão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngüe.
10. A EA deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
11. A EA valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.
12. A EA deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.
13. A EA deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.
14. A EA requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seus comprometimentos com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.
15. A EA deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.
16. A EA deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Fonte: Tratado de Educação Ambiental Para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Iniciativas voltadas para a EA aparecem em diversos textos legais anteriores às conferências citadas acima. O Código Florestal, instituído pela Lei 4.771 de 1.965, estabeleceu um prazo de dois anos contados da sua promulgação, que nenhuma autoridade poderia permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contenham textos de educação florestal, previamente aprovado pelo Conselho Federal de Educação, ouvido o órgão florestal competente. Estabeleceu a inclusão obrigatória de textos e dispositivos de

educação florestal nas programações de rádio e televisão no limite de cinco minutos semanais, distribuídos ou não em diferentes dias (Art. 42). E instituiu a semana florestal a ser comemorada obrigatoriamente nas escolas e outros estabelecimentos públicos (art. 43). A Lei 5.197 de 1.967, que dispõe sobre a proteção à fauna, também faz exigências semelhantes quanto à adoção de livros e aos programas de rádio e televisão e estabelece que os programas de ensino de nível médio e privado deverão contar pelo menos com duas aulas anuais sobre proteção à fauna (Art. 35). Iniciativas de EA de caráter episódico e isolado geram impactos reduzidos, quando não nulos, sobre aqueles objetivos mencionados ainda há pouco. Via de regra, elas ficam restritas aos estabelecimentos de ensino básico, praticamente sem nenhuma penetração na comunidade e nas instituições de ensino superior. Além disso, grande parte da EA praticada no País ainda enfatiza o meio ambiente natural e os seus aspectos biológicos, ficando, portanto, muito distante da abordagem sócio-ambiental preconizada pelas conferências promovidas pelas entidades mencionadas acima e acatada pela atual legislação brasileira.

A primeira vez que a EA aparece na legislação de modo integrado foi com a Lei 6.938 de 1.981 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (Art. 2º, X). A Lei 6.938/81 instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), constituído pelos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios responsáveis pela proteção e melhoria do meio ambiente, tendo como órgão consultivo e deliberativo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), presidido pelo Ministro do Meio Ambiente. Esse órgão analisa, delibera e propõe diretrizes e normas sobre política ambiental de um modo geral. A Lei 6.938/81 foi posteriormente recepcionada pela Constituição Federal de 1.988 que incorporou o conceito de desenvolvimento sustentável no Capítulo VI dedicado ao meio ambiente. Note que o Capítulo VI é um dos capítulos do Título VIII dedicado à ordem social. De acordo com a Constituição atual, *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações* (Art. 225, *caput*). Percebe-se claramente que a redação do *caput* do Art. 225 foi influenciada pelo relatório da Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, *Nosso Futuro Comum*, divulgado em 1.987. Com efeito, para a Comissão, *desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades* (pg. 46). Essa é a definição mais famosa de desenvolvimento sustentável. Mas não faltam objeções a esse entendimento, por motivos vários, dentre eles, a apropriação do conceito de sustentabilidade por parte do setor empresarial. Sendo possível desenvolver de modo sustentável, então a questão do crescimento deixa de ser um problema. Desse modo, a questão do consumo, melhor dito, do aumento do consumo, uma idéia fixa entre empresários e administradores de empresa, deixa de ser questionada e todos os holofotes direcionam seus focos para a produção e a reciclagem dos resíduos de produção e consumo. A idéia de sustentabilidade não pode servir para esconder o fato de que é impossível sustentar um crescimento econômico indefinidamente.

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, entre outras providências, promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (Art. 225; § 1º, VI). A EA tornou-se então como um dever do Estado. A inclusão da EA no texto constitucional amplia a importância desse instrumento de

política pública ambiental, como salienta Winther (2.000). Com efeito, esse autor, em parecer técnico jurídico, mostra que a Constituição Federal ao recepcionar no seu Art. 225 os principais objetivos, conceitos e instrumentos da Lei 6.938/81, conferiu um *status* maior às normas vigentes sobre a matéria (p. 40). Ainda segundo o insigne Jurista, a correta aplicação dos instrumentos de política ambiental constante na Lei 6.938/81, bem como as medidas emanadas do CONAMA, *são medidas constitucionais de controle e caráter preventivo e/ou corretivo dos danos ambientais, que se inserem não só no planejamento, execução e correção de atividades diretamente relacionadas com o meio ambiente, como também, e principalmente, em todos os diferentes níveis de planejamento das políticas públicas ou privadas, em quaisquer setores das atividades humanas* (p. 40; grifo do autor citado). Seguindo em sua análise, a correta oferta do ensino, quer na rede pública quer na privada, está sujeita a esse controle, conforme se observa na previsão feita pelo Art. 208, § 2º, da Constituição Federal, que diz: o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente (p. 41).

Acompanhando a Constituição Federal, todos os Estados estabeleceram disposições específicas sobre o meio ambiente em suas constituições e quase todos se lembraram de incluir a EA entre os temas contemplados. Em 1.992, por ocasião Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1.992, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em reunião paralela realizou um *workshop* do qual resultou a Carta Brasileira para a Educação Ambiental. Este documento recomenda que o MEC, em conjunto com as instituições de ensino superior, defina metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos a fim de estabelecer um marco fundamental para implantar a EA no nível de ensino superior. O MEC tem dado uma contribuição significativa para o desenvolvimento da EA no ensino fundamental, mas ainda está devendo para a sociedade brasileira o cumprimento dessa recomendação no que se refere ao ensino superior.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), instituída pela Lei 9.394 de 30/11/96, não estabeleceu nenhuma disposição sobre EA e sequer a cita expressamente. Apenas com muita boa vontade é que se pode atribuir ao legislador alguma intenção de tratar esse tema ainda que de modo indireto. Em relação ao ensino fundamental, a LDB estabelece que os currículos devem abranger obrigatoriamente o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (Art. 23, § 1º). Entre outras finalidades do ensino superior está a de estimular o conhecimento do mundo presente, em particular os nacionais e regionais (Art. 43, VI). Isso é tudo e na realidade não é nada, podendo-se dizer que sobre a questão ambiental, a LDB não deu ouvido ao imenso esforço nacional e internacional que desde a Conferência de Estocolmo de 1.972 procurava incluir a EA como um instrumento de política pública relevante para a promoção de uma nova ordem mundial mais justa. O conhecimento do mundo físico e natural, bem como da realidade social e política, nunca deixou de ser o assunto das escolas em qualquer nível de ensino. Qualquer escola pode dizer que atende essa exigência, pois afinal elas oferecem cursos de Biologia, Geografia, História etc. Mas a experiência mostra que isso não é bastante para criar uma consciência sócio-ambiental capaz de mudar atitudes, gerar habilidades, desenvolver o sentido de participação e outros objetivos da EA, conforme estabelece a Carta de Belgrado.

A Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, aprovada em 1.997 durante a I Conferência Nacional de Educação Ambiental, adotou os princípios e recomendações da Carta de Belgrado, de Tbilizi, da Agenda 21 e de outras reuniões das quais as principais foram aqui citadas. Com isso, a EA passou a ser entendida como um instrumento para promover o desenvolvimento sustentável. De acordo com essa Declaração, a existência de diferentes conceitos de desenvolvimento sustentável decorrentes de diferentes visões por parte dos segmentos da sociedade constitui um dos problemas para a EA. A estes acrescenta-se o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil que privilegia os aspectos econômicos; o descumprimento das recomendações da Agenda 21 por parte dos diferentes níveis de governo; e a falta de articulação entre as ações de governo e da sociedade civil. O ensino tecnicista e fragmentado foi identificado como um dos problemas que dificultam a consecução de uma EA com os conceitos apresentados anteriormente.

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Através da Lei 9.795 de 1.999 foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), com o objetivo de dar prosseguimento eficaz ao ditame constitucional acima citado. De acordo com essa Lei, a EA é entendida em termos de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Art. 1º) A EA passa a ser considerada como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (Art. 2º). Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à EA, incumbindo:

- I. ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promovendo a EA em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- II. às instituições educativas, promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;
- III. aos órgãos integrantes do SISNAMA, promover ações de EA integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- IV. aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;
- V. às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o meio ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;
- VI. à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais (Art. 3º).

A EA deve de acordo com a Lei Lei 9.795/1.999 basear-se nos seguintes princípios:

- i. enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

- ii. concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural sob o enfoque da sustentabilidade;
- iii. o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- iv. a vinculação entre a ética, a educação, trabalho e as práticas sociais;
- v. a garantia da continuidade e permanência do processo educativo;
- vi. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; e
- vii. a permanente avaliação crítica (Art. 4º).

Quanto aos objetivos da EA, o PNEA estabelece os seguintes:

- i.o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- ii.a garantia de democratização das informações ambientais;
- iii.o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- iv.o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- v.o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- vi.o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e tecnologia;
- vii.o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (Art. 5º).

Como se vê, a Lei 9.795/1.999 acolheu muitas idéias apontadas nas diversas conferências internacionais aqui mencionadas, o que conferiu à EA um caráter sócio-ambiental decorrente das propostas de desenvolvimento sustentável. As atividades vinculadas ao PNEA devem ser desenvolvidas na educação em geral e educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: capacitação de recursos humanos; desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; produção e divulgação de material educativo; e acompanhamento e avaliação (Art. 8º). No caso da educação formal, a EA deve ser desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando a educação básica (infantil e fundamental), ensino médio, educação superior, educação profissional, e educação de jovens e adultos (Art. 9º).

Em relação ao ensino formal a EA será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades e não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino (Art. 10). Em outras palavras, as questões ambientais devem ser tratadas em todas as disciplinas a partir de uma perspectiva de transversalidade. Admite-se a criação de disciplinas específicas, apenas nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da EA (Art. 10; § 2º). No caso dos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das diversas atividades profissionais (3º). A EA deve constar dos currículos de formação de professores

de todos os níveis e em todas as disciplinas (Art. 11), e os professores em atividade devem receber formação complementar na sua área de atuação para atender os objetivos do PNEA (§ único). Essa exigência deve ser estendida ao mestrado e doutorado uma vez que são níveis de educação formal que permitem ou favorecem o ingresso no magistério superior.

Tornar efetiva a EA nos cursos superiores constitui um imperativo que acolheu os reclamos da sociedade consubstanciado em diversas conferências nacionais e internacionais que surgiram diante da necessidade de dar soluções adequadas aos graves problemas que afetam o País e o Planeta. Uma das questões problemáticas da EA concerne à necessidade de torná-la parte da formação de profissionais de nível superior, dentre eles, os administradores. Vale lembrar que grande parte desses problemas decorre da maneira como os empresários e administradores exercem as suas atividades. As empresas estão no centro desses problemas ambientais desde a sua origem durante a Era Moderna, seja pela utilização de recursos da natureza física, biológica e social para produzir bens e serviços, seja pelos resíduos de produção e consumo, bem como pelo estímulo ao consumismo conforme tem se caracterizado a sua atuação desde que elas começaram a existir. Elas adquiriram uma enorme capacidade para induzir comportamentos, modificar hábitos de consumo, despertar necessidades latentes e criar desejos, em outras palavras, capacidade de impor modos de vida, influenciando corações e mentes de um modo avassalador que muito do que as pessoas pensam a respeito do ser humano e do meio ambiente provém das suas atividades e do seu modo de agir. Por isso, talvez nenhum curso de formação profissional tenha tanta necessidade e urgência em incluir a EA do que os Cursos de Administração de Empresa. De todas aqueles profissionais citados na Resolução 10 da Conferência de Tbilisi, os administradores provavelmente estão entre os que mais geram impactos sobre o meio ambiente.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

A maioria dos programas de EA dos cursos superiores não passa de atividades isoladas por ocasião do dia do meio ambiente ou programas de coleta seletiva de lixo gerados nas dependências da escola. No âmbito dos cursos de Administração o quadro não é diferente. Sabe-se, no entanto, que houve um crescimento do interesse pelo tema em decorrência da elaboração das normas da série ISO 14.000 desde 1.996 e dos problemas relacionados com as barreiras técnicas ao comércio, conforme se depreende pelo crescente número de artigos em revistas e reuniões técnicas ligados à gestão empresarial. Porém, como mostrado acima, atividades isoladas não caracterizam ações de EA, embora tratem de assuntos ambientais. Com a implementação do Exame Nacional de Cursos pelo MEC, vulgo *Provão*, esse interesse recebeu algum alento, pois além das matérias de formação básica, instrumental e profissional constantes do *currículum* dos cursos de Administração, também foram incluídos tópicos emergentes como *globalização, ética, qualidade, meio ambiente e ecologia* (Portaria Nº 162 de 27/02/1.998, Art. 4º). O Provão gerou alguma preocupação em termos ambientais em alguns cursos de Administração, embora não se pode dizer que se trata de EA quando se considera os conceitos, objetivos e diretrizes mostrados anteriormente. Com o anunciado fim do Provão no início de 2.003, o que já era pouco tende a ficar ainda menor. Não se pode dizer que está se praticando a EA apenas por que em algum momento do curso falou-se de ISO 14.000, das leis ambientais, da escassez de recursos, de que o ano de 2.003 é o ano internacional da água doce etc. A EA de acordo

com as considerações acima impõe desafios para a sua inclusão nos cursos de graduação em administração, por razões diversas conforme serão comentadas a seguir.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Não são poucos os desafios para implementar a EA conforme estabelece a PNEA. Um desafio básico refere-se ao próprio entendimento sobre meio ambiente. A definição de meio ambiente dada pelo PNMA é a seguinte: conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (Lei 6.938/1981; art. 3º). Essa é uma definição pobre, pois deveria incluir também as condições e interações de ordem social, econômica, cultural e política. A propósito, a primeira diretriz da Carta de Belgrado, já mencionada, recomenda que os programas de EA devem considerar o meio ambiente na sua totalidade, isto é, o ambiente natural e o construído pelo ser humano, envolvendo questões políticas, culturais, econômicas, tecnológicas, estéticas etc. Para isso é necessário superar o entendimento de meio ambiente apenas como circunvizinhança. Uma abordagem que considere o meio ambiente como uma totalidade seria o desejável e é assim que a legislação brasileira entende, conforme mostrado acima.

Outro desafio está no modo de tratar as questões ambientais. A EA típica tem nas ciências biológicas o seu grande manancial de conteúdos. Isso se deve ao fato de que um dos aspectos mais degradados do meio ambiente são os próprios seres vivos e dentre estes, os humanos. Deve-se também ao desenvolvimento da ecologia que nasce nas ciências biológicas. Acot (1.990) mostra que o desenvolvimento da ecologia deveu-se a diversos pesquisadores das ciências biológicas, começando pelo criador dessa palavra, Ernst Haeckel. Odum (1.988), um dos que mais contribuiu para difundir a ecologia, a considera como uma disciplina científica firmemente radicada na biologia, embora tenha se tornado uma disciplina integradora que une os processos físicos e biológicos e serve de ponte entre as ciências naturais e sociais. Desse modo, a ecologia acabou envolvendo um vasto campo de conhecimentos relativos às ciências biológicas, físicas, humanas e sociais (pg. 1). Mesmo com o aporte das ciências sociais de um modo integrado como é típico da ecologia, EA influenciada por ela continua enfatizando os aspectos bióticos do meio ambiente. A palavra ecologia adquiriu tamanho prestígio que passou a ser sinônima de natureza física e biológica. Ecológico passou a representar uma dada atitude para com o meio ambiente, um modo de relacionamento entre o ser humano e os demais elementos vivos e não vivos do meio ambiente.

Qualquer proposta educacional sempre envolve uma visão de mundo e a EA não é diferente. Uma questão fundamental na elaboração de programas de EA refere-se à relação entre o ser humano e a natureza. Por ser essa uma relação essencial que tem preocupado os humanos de todos os tempos e lugares, há uma diversidade de entendimentos sobre essa relação e pode-se até dizer que cada ser humano tem o seu próprio entendimento. Essa diversidade se expressa na complexidade do que se denomina de movimento ambientalista ou ecologista. Há os que entendem que a natureza só tem valor enquanto instrumento dos seres humanos e que estes possuem direitos absolutos sobre ela. A preocupação com o meio ambiente, caso haja, se dá na medida em que este se torna um problema para os humanos. A EA repugna tal entendimento que, no entanto, é o que

orienta com muita frequência as atividades empresariais, embora nem sempre verbalizado e quase sempre negado. As propostas ecocêntricas baseadas no entendimento de que todos os seres vivos possuem os mesmos direitos, como de certos grupos ambientalistas, tal como o *deep ecology*, dificilmente seriam aceitas no ambiente das escolas de administração e dos administradores, pois elas contestam com veemência as posturas antropocêntricas que fazem parte do modo de ser dos administradores de um modo geral.

Uma outra classe de desafio para a EA concerne à necessidade de superar um ensino centrado em disciplinas. Quantas vezes a palavra *interdisciplinaridade* aparece nos textos citados nesse trabalho? Lembrando, a EA deve se basear na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade (Lei 9.795/1.999; Art. 4º). Excetuando os cursos de pós-graduação, a EA não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino (Art. 10). Multidisciplinaridade é uma reunião de disciplinas, entendidas como áreas de conhecimento objetos de ensino e pesquisa, sem que cada uma perca a sua identidade própria, seus métodos, teorias, pressupostos etc. É nesse sentido que se diz, por exemplo, equipe multidisciplinar. Cada membro da equipe contribui com o conhecimento e a prática específicas de sua área de conhecimento. Desse modo, uma mesma questão pode ser tratada de modos diferentes sem que isso resulte na criação de novo nível de percepção das questões em pauta. A interdisciplinaridade requer mais que uma reunião de disciplinas justapostas. Requer a interação entre disciplinas com vistas a buscar conexões entre elas. Literalmente significa entre disciplinas, como lembra Karlqvist (1.999), isto é entre corpos de conhecimentos definidos pelas teorias e métodos de disciplinas estabelecidas (pg. 379). A transdisciplinaridade é uma estratégia que busca teorias e métodos comuns às disciplinas, estando dessa forma num nível mais elevado de integração do que a interdisciplinaridade e esta, num nível superior a multidisciplinaridade em termos de integração.

Uma outra questão presente na Legislação brasileira, é que a EA deve ser implantada por meio da transversalidade, ou seja, como um conjunto de temas que devem ser integrados nas diversas matérias que são oferecidas pelo curso. A transversalidade pode ser implementada pelas três estratégias pedagógicas acima, sendo que com mais frequência ela se dá por meio da inserção de conteúdos relacionados com questões ambientais de diversas disciplinas no tratamento de uma unidade de ensino específica. Por exemplo, zoneamento ambiental e licenciamento ambiental podem ser estudados dentro das disciplinas de Administração da Produção, uma matéria de formação profissional, segundo a regulamentação dos cursos de Administração, na unidade de ensino relativa à localização industrial. Outro exemplo: em Administração de Recursos Materiais a unidade de ensino que trata da decisão sobre quais materiais a organização deve comprar é uma oportunidade de promover a EA, na medida em que permite conscientizar os alunos em relação ao ato de selecionar produtos, mostrando as implicações sobre o meio ambiente uma vez que os materiais são feitos com recursos extraídos da natureza, geram resíduos durante seu processo de fabricação, transporte e uso por parte do consumidor final. Nesse momento os alunos estudariam Avaliação do Ciclo de Vida, rótulos ambientais, custos ambientais relativos aos resíduos, legislação aplicável, conexões com os direitos do consumidor e outras questões relacionadas.

Diferenciação verde seria tratada numa unidade de ensino da Administração Mercadológica. As disciplinas contábeis incluiriam a identificação dos passivos ambientais

e dos custos e despesas decorrentes dos procedimentos ambientais, como controle da poluição, recuperação de danos e compensações às vítimas, contratação de seguros, taxas, multas, impostos incorridos na aquisição de equipamentos e serviços ambientais, despesas decorrentes da disposição final de resíduos sólidos etc. Economia do meio ambiente, direito ambiental, estratégias ambientais devem ser unidades de ensino das disciplinas de Economia, Direito e Estratégia Empresarial, respectivamente. Não é exagero afirmar que todas as disciplinas dos cursos de Administração sempre têm algo a ver com o meio ambiente e o desenvolvimento. Temas como esses permitem, se tratados de modo adequado, alcançar os objetivos da EA segundo a Carta de Belgrado. Como o meio ambiente está em tudo, não faltam oportunidades para implementar a EA, as grandes dificuldades são, primeiro, a superação de uma concepção antropocêntrica extremada que se tornou o paradigma dominante nas áreas administrativas e, depois, a superação de uma visão reducionista que continua sustentando a produção de conhecimentos relativos às áreas de interesse dos cursos de Administração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação meio ambiente-desenvolvimento é o cerne das ações de EA em torno do qual se desenvolvem todas as demais atividades, conforme estabelece a diretriz número 7 da Carta de Belgrado mencionada no início deste texto. Para um curso de Administração, que forma profissionais cujas decisões são geradoras de impactos significativos sobre o meio ambiente físico, biológico e social, a EA deve propor um distanciamento tanto da postura tradicional de fechar os olhos aos problemas sócio-ambientais, ou atender apenas às exigências legais quando inevitáveis, quanto do ambientalismo extremado que inviabiliza as atividades produtivas. Em termos de gestão empresarial, esse distanciamento implica numa prática que trilha o espinhoso caminho do meio, na medida em que a eficiência econômica deve ser considerada simultaneamente com respeito ao meio ambiente e equidade social, sem cair nos extremos mencionados. Dentre as questões problemáticas estão as abordagens multi, inter e transdisciplinar, pois apresentam um desenvolvimento muito lento no âmbito das disciplinas que suportam os cursos de administração em virtude de séculos de uma prática reducionista.

É mais fácil saber o que não é EA. Apresentar tópicos ambientais com pouca integração com outros assuntos e unidades de ensino pouco contribuem para alcançar aqueles seis objetivos da Carta de Belgrado. Ciclos de palestras também contribuem pouco, pois se elas não estiverem articuladas com conteúdos das disciplinas, o mais provável é que os assuntos tratados caiam rapidamente no esquecimento. Disciplinas específicas de assuntos sobre gestão ambiental, embora não sejam aceitas pela atual legislação, podem ser oferecidas na forma de seminários, desde que o currículo contemple o oferecimento de disciplinas optativas. Nesse caso, o conteúdo programático e a metodologia devem ser, no mínimo, multidisciplinar. A expectativa é que no futuro não seja mais necessário oferecer disciplinas específicas de gestão ambiental, pois todas estarão tratando as questões sócio-ambientais segundo suas áreas de conhecimento, metodologias, particularidades etc. A idéia básica é que essas questões penetrem por capilaridade nas disciplinas das matérias básicas, instrumentais e de formação profissional, para que o futuro Administrador inclua o meio ambiente e a sociedade em todas as suas decisões. Isto é, que as considerações sobre o meio ambiente e a sociedade fluam naturalmente da mesma forma com que hoje ocorre

com questões relacionadas com custo, produtividade, qualidade e outras que são inerentes à Administração pública e empresarial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOT, Pascal. **História da ecologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BRASIL. Lei 4.771 de 15 de setembro de 1.965, que estabelece o Código Florestal.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1.998.

BRASIL. Lei 9.795 de 27 de abril de 1.999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Portaria n. 162 de 27 de fevereiro de 1.998, que estabelece o Exame Nacional do Curso de Administração.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. R.J.Fundação Getulio Vargas, 1.991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). **Agenda 21**. Versão em português publicado no Diário Oficial da União em 02/08/ 1.994.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Meio ambiente e desenvolvimento: documentos oficiais: Organização das Nações Unidas e Organizações Não Governamentais*. Série Documentos, SMA, 1.993.

KARLQVIST, Anders. Going beyond disciplines: the meanings of interdisciplinarity. In: **Policy Science**, 32 p. 379-383, 1.999.

ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

PALMER, Joy A. **Environmental Education in the 21th century**. London, Routledge, 1.998.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo, Cia das Letras, 1.988.

UNESCO. **Conferencia Intergubernamental sobre Educación Ambiental Celebrada en Tbilizi: Informe Final**. Paris, UNESCO, 1.997.

UNESCO/PNUMA. **Estrategia internacional de acción en materia de educación y formación ambientales para el decenio de 1990**. Paris, UNESCO, 1.991.

UNESCO/COMISSÃO MUNDIAL DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO. **Nossa Diversidade Criadora** Campinas, UNESCO & Papirus, 1.997.

WINTHER, João Roberto Cilento. Parecer técnico jurídico sobre a PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental- Lei 9.795 de 27/04/1.999. In: **Educação Ambiental Legal**. Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. Tiragem limitada, Novembro de 2.002.